



Universidade de Aveiro Departamento de Educação  
2011

**SORAIA DANIELA  
RODRIGUES CUNHA**

**Características faciais e a interpretação de perfis  
criminais**



**SORAIA DANIELA  
RODRIGUES CUNHA**

**Características faciais e a interpretação de perfis  
criminais**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense, realizada sob a orientação científica da Doutora Isabel Maria Barbas dos Santos, Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro.

## **o júri**

presidente

**Prof. Doutor Carlos Fernandes da Silva**  
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

**Doutora Patrícia Paula Lourenço e Arriaga Ferreira**  
Investigadora Auxiliar no Centro de Investigação e Intervenção Social do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa

**Prof. Doutora Isabel Maria Barbas dos Santos**  
Professora Auxiliar Convidada da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

À Professora Doutora Isabel Santos agradeço a incansável atenção e disponibilidade, a transmissão de conhecimentos e compreensão, tão importantes para superar as dificuldades. A exigência e o rigor científico que sempre impôs, para além de terem sido elementos fundamentais na prossecução e conclusão desta tese, contribuíram em muito para o meu crescimento pessoal, académico e profissional.

À minha família, namorado e amigos, um agradecimento especial pelo incentivo constante, paciência e carinho.

## **palavras-chave**

Características faciais, estereótipos, perfis criminais, criminalidade, profiling.

## **resumo**

O presente estudo baseia-se no argumento de que os perfis criminais são, na sua maioria, demasiadamente ambíguos, podendo ser utilizados com percepção de igual adequação a agressores com características significativamente diferentes, o que põe em questão a sua real utilidade em investigações criminais. Assim, o principal objectivo foi verificar se a interpretação e percepção de adequabilidade de perfis criminais pode ser enviesada em função das características faciais dos potenciais suspeitos, através das inferências sociais que fazemos com base nessas características e dos estereótipos que possuímos relativamente à aparência da pessoa que comete determinado tipo de crime. A fim de estudar o efeito das características faciais no enviesamento da interpretação de perfis, comparou-se esses efeitos para características que não são mencionadas nos perfis, sendo por isso informação ambígua (dominância e honestidade) e para características que são mencionadas nos perfis, sendo assim informação menos ambígua (agressividade e inteligência). Para este estudo, foi utilizada uma amostra de 66 estudantes universitários, aos quais eram apresentados as descrições de dois crimes e os perfis criminais dos respetivos suspeitos, bem como um conjunto de faces de potenciais suspeitos para cada crime. Os participantes tinham de avaliar, para cada face, a probabilidade de que a pessoa apresentada tenha cometido o crime descrito, o grau de adequação do perfil à pessoa apresentada, o grau de utilidade do perfil para identificação daquele suspeito em particular e o grau de severidade da pena que deveria ser atribuída. Analisou-se ainda o grau de utilidade geral do perfil para a investigação de cada um dos crimes. Os resultados sugerem que as pessoas avaliam a probabilidade de um sujeito ter cometido um determinado crime em função do estereótipo que possuem para o agressor nesse tipo de crime e que a interpretação dos perfis é enviesada de acordo com esses mesmos estereótipos. Adicionalmente, para características sobre as quais os perfis são ambíguos, mas que estão implícitas nos estereótipos que existem sobre as pessoas que cometem determinados crimes, não se verificou uma influência das características faciais. Os participantes atribuem um alto nível de utilidade aos perfis para a investigação criminal, apesar do seu elevado grau de ambiguidade. Estes resultados poderão ter fortes implicações no contexto de profiling.

**keywords**

Facial characteristics, stereotypes, criminal profile, criminality, profiling.

**abstract**

The current study is based on the argument that most of the criminal profiles are too ambiguous and can be perceived as equally adequate for offenders with significantly different characteristics. This questions their usefulness in criminal investigations. Thus, the main objective was to verify whether the interpretation and perception of adequacy of criminal profiles can be biased depending on the facial characteristics of the potential suspects due to social inferences we make on the basis of these characteristics and the stereotypes that we have about the appearance of the person who commits a particular type of crime. In order to study the effect of facial characteristics on the bias in profile interpretation, we compared those effects for characteristics that are not objectively mentioned on the profiles, being therefore ambiguous information (dominance and honesty) and characteristics that are mentioned on the profiles, being less ambiguous information (intelligence and aggressiveness). For this study we used a sample of 66 university students, who were presented descriptions of two crimes and criminal profiles of the respective suspects, as well as a set of faces of potential suspects for each crime. Participants had to assess, for each face, the likelihood that the person displayed had committed the crime described, the degree of adequacy of the profile to that person, the degree of usefulness of the profile to identify that particular suspect and the severity of the sentence that should be given to that person. We also analysed the general utility attributed to the profile for each crime. The results suggest that people evaluate the probability of an individual committing a particular crime according to the stereotypes that they have regarding the aggressor in this type of crime and that the interpretation of the profiles is biased according to those same stereotypes. Additionally, for the characteristics on which the profiles are ambiguous, but that are implicit in the stereotypes that exist about people who commit particular crimes, there was no influence of facial features. The participants attribute a high level of utility to the profiles for the criminal investigation, despite its high degree of ambiguity. These results may have important implications for the technique of profiling.

## Índice Geral

Introdução .....	1
Metodologia.....	9
Participantes .....	9
Materiais.....	10
Procedimento.....	11
Resultados.....	13
Discussão .....	20
Conclusão .....	24
Referências Bibliográficas.....	25

## Índice de Figuras

Figura 1 – Grau de probabilidade médio de que a pessoa apresentada tenha cometido o crime de burla, em função do nível de honestidade e inteligência das caras .....	14
Figura 2 – Grau de adequação médio do perfil ao autor do crime de burla, em função do nível de honestidade e inteligência das caras .....	14
Figura 3 – Grau de utilidade médio do perfil para identificação do suspeito em particular do crime de burla, em função do nível de honestidade e inteligência das caras .....	14
Figura 4 – Grau de probabilidade médio de que a pessoa apresentada tenha cometido o crime de homicídio, em função do nível da característica .....	15
Figura 5 – Grau de probabilidade médio de que a pessoa apresentada tenha cometido o crime de homicídio, em função do nível de agressividade e dominância das caras.....	15
Figura 6 - Grau de adequação médio do perfil ao autor do crime de homicídio, em função do nível da característica .....	16
Figura 7 – Grau de adequação médio do perfil ao autor do crime de homicídio, em função do nível de agressividade e dominância das caras.....	16
Figura 8 – Grau de utilidade médio do perfil para identificação do suspeito em particular do crime de homicídio, em função do nível da característica .....	17
Figura 9 - Grau de utilidade médio do perfil para identificação do suspeito em particular do crime de homicídio, em função do nível de agressividade e dominância das caras.....	17
Figura 10 - Grau de severidade médio da pena que deveria ser atribuída à pessoa apresentada pelo crime de homicídio, em função do nível da característica.....	18
Figura 11 – Grau de severidade médio da pena que deveria ser atribuída à pessoa apresentada pelo crime de homicídio, em função do nível de agressividade e dominância das caras.....	18



## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Número e percentagem de sujeitos da amostra relativamente ao grau de utilidade geral do perfil para a investigação do crime de homicídio ..... 19

Tabela 2 – Número e percentagem de sujeitos da amostra relativamente ao grau de utilidade geral do perfil para a investigação do crime de burla..... 19

## **Índice de Anexos**

Anexo 1 – Descrição do caso de homicídio

Anexo 2 – Descrição do caso de burla

Anexo 3 – Perfil do possível autor do crime de homicídio

Anexo 4 – Perfil do possível autor do crime de burla

## Introdução

A face humana é um mediador essencial nas relações interpessoais e na comunicação, uma vez que revela uma grande quantidade de informação sobre o indivíduo. A extracção e a interpretação dessa informação requer processos cognitivos e perceptivos complexos, que são feitos geralmente sem esforço consciente, e na maioria das pessoas, com um elevado nível de eficiência. Por exemplo, pela observação da face, é possível perceber se a pessoa é nova ou velha, se é um homem ou uma mulher, se a pessoa é feliz ou triste, e ainda qual é a reacção daquela pessoa face à nossa presença (Santos, 2003).

A inferência de certas características através da aparência facial, como o sexo e a idade, é baseada em sinais físicos conhecidos, e é realizada com elevados níveis de precisão (Bruce et al., 1993 cit. in Santos & Young (2005); Burt & Perret, 1995; Burton, Bruce, & Dench, 1993). Julgamentos de outras características sociais como os traços de personalidade, inteligência, ocupação, afiliação política, entre outros, parecem ser menos precisos. Contudo, vários investigadores têm demonstrado que as pessoas são surpreendentemente consistentes entre si ao julgar estas características sociais a partir do rosto (Cook, 1939 cit. in Santos & Young, 2005; Shepherd, 1989 cit. in Santos & Young, 2005; Zebrowitz, 1998 cit. in Santos & Young, 2005; Zebrowitz, Hall, Murphy, & Rhodes, 2002), independentemente da validade de tais julgamentos.

Investigadores têm demonstrado que os estereótipos faciais são consistentemente aplicados, e a inferência de características sociais com base nos rostos das pessoas tem uma elevada influência na percepção interpessoal e nas interações sociais (Alley, 1988 cit. in Santos & Young, 2005; Bull & Rumsey, 1988 cit. in Santos & Young, 2005). A informação fisionómica parece, assim, ter uma influência significativa quando se interpreta informação ambígua sobre uma pessoa (Hassin & Trope, 2000) e consequentemente pode afetar a tomada de decisão em muitas esferas da nossa vida social, inclusive nos processos judiciais, processos de selecção para emprego, ou eleições políticas (Berry & Zebrowitz-McArthur, 1988 cit. in Santos & Young, 2011; Little, Burriss, Jones, & Roberts, 2007; Stevenage & McKay, 1999; Todorov, Mandisidza, Goren, e Hall, 2005).

Apesar da validade externa dos julgamentos com base na aparência facial ser normalmente baixa, foram encontradas algumas associações com as características reais das pessoas em aspectos como inteligência, disposição para enganar, criminalidade, orientação

sexual, certos traços de personalidade (por exemplo, a dominância social e calor interpessoal) e tendências agressivas (Valla, Ceci & Williams, 2011). Por exemplo, Alley (1988 cit. in Valla et al., 2011) encontrou evidências de que as pessoas conseguiam avaliar os níveis de inteligência a um nível superior ao acaso com apenas com base na aparência facial (apesar de algumas preocupações com a sua metodologia terem surgido devido ao seu critério para seleção das fotografias, Berry & Wero, 1993). No entanto, é de salientar que a maioria dos estudos não encontra correlações significativas entre os julgamentos efectuados e as características reais das pessoas (Alley, 1988 cit. in Santos & Young, 2011; Shepherd, 1989 cit. in Santos & Young, 2011; Porter, Woodworth, & Birt, 2000; Adolphs, 2002; Porter, England, Juodis & ten Brinke, 2008 cit. in Porter, ten Brinke & Gustaw, 2010).

Uma das características sociais mais estudadas e investigadas é a atratividade. Estudos constataram que as pessoas mais atraentes são percebidas como sendo mais acessíveis, mais inteligentes e mais confiáveis. Zebrowitz, Montepare & Lee (1993) verificaram que homens atraentes eram percebidos como possuindo características socialmente mais desejáveis, especificamente, a honestidade e a bondade. Outros estudos também mostraram que o nível de atratividade determina o grau de honestidade percebida, para alvos de todas as idades, exceto a adolescência (Zebrowitz, Voinescu & Collins, 1996), que as pessoas atraentes são percebidas como mais sociáveis (Cunningham, 1986 cit. in Santos, 2003) e que a atratividade se correlaciona significativamente com a inteligência percebida para alvos de todas as idades (Zebrowitz et al., 2002). Estes efeitos estão geralmente relacionados com o “efeito halo de atração”, em que características positivas são normalmente associadas a pessoas atraentes (Langlois et al., 2000; Zebrowitz, 1998 cit. in Santos, 2003).

Poucos estudos têm tentado investigar os estereótipos que estão relacionados com o julgamento de criminalidade a partir da aparência facial (Valla et al., 2011). A aparência de uma pessoa pode fornecer informações precisas a respeito do sexo, raça, aptidão física e psicológica (Zebrowitz, 1998 cit. in Maclin & Herrera, 2006) e em alguns casos indicações de criminalidade (Bull, 1982 cit. in Maclin & Herrera, 2006). Segundo Maclin, Malpass e Herrera (2000, cit. in Maclin & Herrera, 2006), o termo criminalidade refere-se a aspectos da aparência de uma pessoa que levam os outros a acreditar que ele ou ela é susceptível de cometer um crime. Por outro lado, um criminoso pode ser definido como uma pessoa que tenha sido condenada por um crime ou que se tenha envolvido em atividades criminosas. Quando se pensa num criminoso, conceitos, imagens e experiências vêm à mente permitindo

formar uma representação mental de um criminoso. Resultados do estudo de Reed e Reed (1973 cit. in Maclin & Herrera, 2006), apoiam a noção de que as pessoas têm um consenso geral de estereótipos criminais. O criminoso era visto como um homem “sem educação, descuidado, sujo na aparência e um solitário ou membro de um bando” (Reed & Reed 1973, p.464 cit. in Maclin & Herrera, 2006). Também O’Connor (1984 cit. in Maclin & Herrera, 2006) avaliou a percepção dos participantes (membros de uma pequena comunidade urbana, na Austrália) sobre criminosos violentos e burlistas. As palavras e conceitos associados a um criminoso violento foram “perigoso, agressivo, não inteligente, imaturo e imprudente”. Os termos usados para descrever um burlista foram “inteligente, bem-educado, maduro e imprudente”.

A literatura tem apoiado a ideia de que os indivíduos têm ideias bem formadas sobre que tipos de pessoas cometem crimes e quem se parece como um criminoso, e alguns estudos têm demonstrado ainda que existe um consenso sobre aparências criminais e não criminais, bem como a correspondência entre rostos e determinados crimes (Bull & Green, 1980 cit. in Maclin & Herrera, 2006; Chapman, 1973 cit. in Maclin & Herrera, 2006; Goldstein, Chance & Gilbert, 1984; Gordon, Michels & Nelson, 1996; Jones & Kaplan, 2003; Mueller, Thompson & Vogel, 1988; Shoemaker & South, 1978 cit. in Maclin & Herrera, 2006; Shoemaker, South & Low, 1973; Sunnafrank & fontes, 1983 cit. in Maclin & Herrera, 2006; Thornton, 1939; Maclin & Herrera, 2006).

O trabalho de Dumas e Testé (2006) sugere que existem estereótipos de faces criminais e não criminais, assim como tipos de face passíveis de cometerem certos crimes (Bull e McAlpinne, 1998 cit. in Dumas & Testé, 2006). Estes estudos usam um paradigma de associação experimental em que solicitam aos sujeitos que associem retratos a uma categoria de crime escolhida a partir de uma lista. Por exemplo, Yarred (1993 cit. in Dumas & Testé, 2006) deu aos sujeitos uma coleção de retratos e pediu-lhes para seleccionarem o retrato de alguém que seria mais ou menos provável de ser um “serial killer”, um criminoso de agressão sexual ou um ladrão de mão armada. Também lhes foi pedido que dissessem qual deles era o mais e menos provável de corresponder a faces de um clérigo, um médico ou um engenheiro. Existe um elevado acordo entre os sujeitos sobre as pessoas consideradas “boas” e consideradas “más”, e as opiniões são expressas com um elevado nível de confiança. Este estudo demonstrou que certas faces são associadas a certas ofensas criminais. Shoemaker, South e Lowe (1973) obtiveram resultados similares para a associação de faces com ofensas.

Eles também mostraram a existência de uma correlação entre o grau médio de associação de uma face com um crime e o grau de culpabilidade no que respeita à ofensa. Macrae e Shepherd (1989) realizaram um estudo no qual os sujeitos julgavam a culpa de um único réu a partir de um resumo do caso que correspondia a um de dois crimes (assalto ou roubo), juntamente com uma fotografia do réu pré-seleccionado. Os resultados apoiam os resultados de Shoemaker et al. (1973), demonstrando que a congruência face/crime aumenta a probabilidade de um veredito de culpabilidade. Desta forma, os trabalhos realizados por Shoemaker et al. (1973) e Macrae e Shepherd (1989) sugerem que se uma pessoa acusada de um crime tem uma face que é “representativa” dessa ofensa, ele/ela tem mais probabilidade de ser considerado culpado do que uma pessoa que não tem tal face (efeito da face criminal).

Vários estereótipos faciais, como a atratividade (Saladino, Saper & Breen, 1988; Stewart, 1985 cit. in Maclin & Herrera, 2006) e babyfacedness (Zebrowitz, Andreoletti, Lee, Blumenthal & Collins, 1998; Zebrowitz et al., 1996) parecem influenciar os julgamentos e a acção das pessoas. Um pequeno número de estudos têm encontrado uma correlação significativa entre, por exemplo, a atratividade e a produção de comportamentos desviantes (Dumas & Testé, 2006). De acordo com alguns estudos, a baixa atratividade física tem sido associada à percepção de criminalidade de tal forma que as pessoas fisicamente não atraentes são classificadas como sendo mais propensas a atos criminosos comparativamente às pessoas classificadas como atraentes (Bull, 1979 cit. in Maclin & Herrera, 2006; Maclin & Maclin, 2004; Mocan & Tekin, 2005; Saladin, Saper & Breen, 1988). Segundo Saladin, Saper e Breen (1988), as faces de pessoas não atrativas são avaliadas como sendo mais propensas a cometerem crimes de homicídio ou roubo, indicando que a característica atratividade está associada ao estereótipo criminal.

Uma vez que a investigação tem demonstrado que os estereótipos criminais afetam os julgamentos de culpa ou inocência (Macrae & Shepherd, 1989; Reed & Reed, 1973 cit. in Maclin & Herrera, 2006; Shoemaker et al., 1973), uma compreensão mais profunda sobre o conteúdo dos estereótipos criminais das pessoas e as suas consequências é importante, particularmente aqueles estereótipos relacionados com a aparência facial. O estudo de Shoemaker et al. (1973), teve como um dos objectivos analisar se os estereótipos faciais positivos e negativos de criminosos estão relacionados com os julgamentos de inocência ou culpa quando são apresentadas evidências ambíguas sobre os crimes de roubo, homicídio e traição (crime contra o governo). Os resultados indicaram que os estereótipos faciais positivos

e negativos de criminosos podem ter alguma influência na determinação de culpa ou inocência, especialmente quando a evidência a favor ou contra do réu é ambígua ou fragmentada, com estereótipos negativos a serem mais importantes para avaliar a culpa do que estereótipos positivos para avaliar a inocência.

Os Perfis Criminais são definidos como uma técnica de investigação da cena do crime, utilizada para analisar os padrões de comportamento que melhor definem um crime violento ou uma série de crimes que podem estar associados, com o propósito de identificar as características do presumível ofensor (Kocsis, 2003 cit. in Soeiro, 2009). Esta técnica integra processos de recolha e análise da cena de um crime, com o objectivo de prever o comportamento, as características de personalidade e os indicadores sócio-demográficos do ofensor que cometeu esse mesmo crime (Hicks & Sales, 2006; Kocsis, 2006 cit. in Soeiro, 2009), estreitando o campo de suspeitos e ajudando na sua detenção (Beauregard, Lussier & Proulx, 2007). A técnica é usualmente aplicada aos crimes violentos e homicídios em série, crimes de violação, crimes sexuais contra crianças, sequestro, homicídio, incêndio e assalto à mão armada (Kocsis, 2003; Strano, 2004).

Os perfis criminais, associados ao amplo trabalho desenvolvido pelo FBI (Federal Bureau of Investigation) desde os anos 70 do século XX, têm sofrido uma evolução enorme em termos de divulgação e utilização como instrumento de apoio ao trabalho da polícia de investigação criminal. De facto, com o grande impacto na comunidade devido à mediatização dos fenómenos da criminalidade, esta técnica tem vindo a apresentar, do ponto de vista das publicações científicas, um crescente interesse e investimento. Este acréscimo de trabalho científico tem facilitado a identificação das várias metodologias utilizadas na sua aplicação e uma avaliação da sua validade enquanto instrumento preditivo das características do ofensor que podem estar associadas a um determinado contexto criminal (Soeiro, 2009). No entanto, o conjunto de trabalhos científicos desenvolvidos nos últimos vinte anos tem demonstrado que existe uma lacuna entre a sua aplicação cada vez mais generalizada e a escassez de suporte científico para a sua utilização (Snook, Cullen, Bennell, Taylor & Gendreau, 2008). Alguns autores mencionam um aumento da utilização da técnica dos Perfis Criminais em países como os Estados Unidos da América e Canadá ou a Europa, onde se destacam o Reino Unido, Holanda e Alemanha (Snook et al., 2008), podendo afirmar-se que o mesmo sucede com a realidade portuguesa (Soeiro, 2008 in Soeiro, 2009). No entanto, a aceitação dos Perfis Criminais por parte de muitos agentes da polícia, psicólogos e o público em geral está em

desacordo com a ausência de evidências científicas para confirmar a sua validade e fiabilidade (Snook et al., 2008).

Esta prática tem sido utilizada pelos agentes da polícia de todo o mundo, apesar de não haver nenhuma evidência científica convincente de que é fiável, válida ou útil (Snook, Eastwood, Gendreau, Goggin, & Cullen, 2007). De facto, há poucos estudos que empiricamente verificam a exatidão dos Perfis Criminais (Kocsis, Hayes & Irwin, 2002; Snook et al., 2008). Os trabalhos de Kocsis (Kocsis, 2003; 2006; Kocsis et al., 2002; Kocsis, Irwin, Hayes & Nunn, 2000 cit. in Beauregard et al., 2007) e Pinizzotto (Pinizzotto, 1984; Pinizzotto & Finkel, 1990 cit. in Beauregard et al., 2007) representam a melhor tentativa de testar empiricamente a validade dos Perfis Criminais. Conclusões destes estudos tendem a apoiar a validade da técnica, mostrando, por exemplo, que profilers profissionais produzem previsões de perfis mais precisas (por exemplo, os atributos não físicos do ofensor, os dados da cena do crime e do comportamento delinquente antes, durante e após o crime) de um ofensor desconhecido, em comparação com outros grupos (por exemplo, os detectives, estudantes universitários e médiuns).

Diversos estudos têm consistentemente demonstrado que as pessoas estão inclinadas para aceitar declarações ambíguas, vagas e gerais como descrições precisas da sua própria personalidade (Dickson & Kelly, 1985; Johnson, Caim, Falke, Hayman & Perillo, 1985; Sundberg, 1955 cit. in Snook et al., 2008). Este fenómeno tem sido chamado de “*efeito Barnum*”. Segundo Snyder, Larsen e Bloom (1976), os seus resultados sugeriram que as pessoas estão mais inclinadas para aceitar uma descrição falsa da personalidade, quando se acredita basear-se num procedimento de avaliação psicológica em vez de uma técnica alternativa, como a astrologia.

No contexto de profiling, um efeito semelhante pode ocorrer quando os indivíduos avaliam se um perfil ambíguo descreve ou não um suspeito, com precisão. Muitos perfis são tão ambíguos que podem parecer descrever qualquer suspeito (Alison, Smith, Eastman & Rainbow, 2003). Alison, Smith, Eastman e Rainbow (2003), analisaram 21 perfis criminais que foram usados em investigações criminais e encontraram um total de 3.090 declarações. Das 880 declarações que continham previsões sobre as características do ofensor desconhecido, 82% eram infundadas, 55% eram não verificáveis (como por exemplo, "o agressor terá fantasiado sobre o acto nas semanas que antecederam o crime), 28% eram falsificáveis e 24% eram ambíguas (como por exemplo, "o agressor terá competências sociais

pobres”). Segundo estes autores, um dos possíveis perigos de tal informação ambígua e não verificável é que a "interpretação criativa" por parte do participante, poderá conduzir a avaliações de utilidade e precisão favoráveis dos perfis de agressor, ao invés de avaliações mensuráveis e objectivas.

Dois estudos de Alison, Smith e Morgan (2003) analisaram a propensão dos agentes da polícia para estimar a precisão de um perfil ambíguo. No estudo 1, foi dado a dois grupos de oficiais da polícia ( $n=24$ ;  $n=22$ ) o mesmo perfil falso e ambíguo. Adicionalmente, a um grupo foi dada uma descrição do ofensor que era substancialmente diferente daquele que o perfil supostamente descrevia, e ao outro grupo foi dada uma descrição que correspondia ao verdadeiro ofensor. Mais de metade dos elementos de ambos os grupos classificaram o perfil como preciso e apesar das diferenças distintas entre os ofensores, os juízos de precisão de ambos os grupos obtiveram uma média de 5,3 em 7. Este resultado sugere que, quando uma informação ambígua é fornecida sob a forma de um perfil de agressor, os indivíduos (agentes de polícia) parecem perceber o perfil como uma descrição exata do ofensor, independentemente de eles estarem perante uma descrição do ofensor genuíno ou do ofensor falso. No sentido de explorar se este efeito poderia ser observado com um perfil verdadeiro, em oposição ao perfil falso especificamente construído para o estudo 1, os autores utilizaram no estudo 2 um perfil genuíno construído por um agente do FBI. Neste estudo usaram mais agentes da polícia, assim como outros indivíduos envolvidos em profissões relacionadas com a área forense (oficiais superiores da polícia,  $n=33$ ; profissionais forenses,  $n=30$ ). Apesar de cada grupo profissional receber descrições de dois ofensores diferentes, mais de 75% de cada amostra avaliou o perfil como pelo menos “algo preciso” e mais de 50% como uma avaliação em geral “precisa” ou “muito precisa”. Não houve diferenças nas médias de precisão atribuídas relativamente ao ofensor verdadeiro e a o ofensor falso. Para além disso, a maioria dos indivíduos, classificaram o perfil como útil.

Estes estudos proporcionam algumas evidências que sugerem que os indivíduos estão preparados para perceber declarações ambíguas, quando apresentadas sob a forma de um perfil de agressor, como sendo descrições relativamente precisas de completos estranhos. As razões para isso podem implicar pressupostos sobre o conhecimento dos perfis de criminosos, as suposições sobre as características dos agressores ou ambos (Alison, Smith & Morgan, 2003). Apesar das diferentes características de cada ofensor, a grande maioria dos participantes em ambos os grupos avaliaram o perfil como sendo pelo menos um pouco



preciso. A razão para isto poderá ser que os avaliadores seleccionaram apenas um conjunto de aspectos do perfil que podem ser facilmente aplicados ao ofensor, ignorando os aspectos que não são aplicáveis. Se este for o caso, então tal a “interpretação criativa” de informação ambígua poderá ser uma reminiscência do *efeito de Barnum*, no qual as pessoas tendem a aceitar descrições de personalidade vagas e gerais como sendo específicos para si mesmos (Forer, 1949 in Alison et al., 2003; Furnham e Schofield, 1987 cit. in Alison et al., 2003).

O presente estudo tem por base o argumento de que os perfis criminais são, na sua maioria, demasiadamente ambíguos, podendo ser utilizados com percepção de igual adequação a agressores com características pessoais significativamente diferentes (Alison et al., 2003), o que põe em questão a sua real utilidade em investigações criminais. Assim, o nosso principal objectivo foi verificar se a interpretação e percepção de adequabilidade de perfis criminais pode ser enviesada em função das características faciais dos potenciais suspeitos, das inferências sociais que fazemos com base nessas características e dos estereótipos que possuímos relativamente à aparência da pessoa que comete determinado tipo de crime.

Optámos por estudar estes factores relativamente a dois crimes de natureza diferente: um crime de burla e um crime de homicídio. Tendo por base a ideia veiculada por estudos anteriores de que cada um de nós possui estereótipos relativamente à aparência da pessoa que comete determinado tipo de crime, no presente estudo optou-se por manipular as características honestidade e inteligência para o crime de burla, e as características agressividade e dominância para o crime de homicídio. Isto vai ao encontro do estudo de O’Connor (1984) no qual os participantes atribuíram a um criminoso de burla o estereótipo de inteligência e a um criminoso violento, a agressividade.

De forma a estudar o efeito das características faciais no enviesamento da interpretação de perfis criminais, pretendeu-se comparar esses efeitos para características que não são mencionadas nos perfis, sendo por isso informação ambígua (dominância e honestidade) e para características que são mencionadas nos perfis, sendo assim informação menos ambígua (inteligência e agressividade). Relativamente a estas últimas, a informação mencionada foi “Frequentou ou frequenta o Ensino Superior, obtendo notas escolares acima da média” e “violento”, respetivamente.

Neste sentido, pretendeu-se testar as seguintes hipóteses: H1 - a faces normalmente classificadas como muito inteligentes será atribuída maior probabilidade de terem cometido o

crime de burla, um maior grau de adequação do perfil a essa pessoa, e consequentemente um maior grau de utilidade do perfil, em relação a faces classificadas como pouco inteligentes; H2 - a faces normalmente classificadas como pouco honestas será atribuída maior probabilidade de terem cometido o crime de burla, um maior grau de adequação do perfil a essa pessoa, e consequentemente um maior grau de utilidade do perfil, em relação a faces classificadas como muito honestas; H3 - a faces normalmente classificadas como muito inteligentes será atribuído maior grau de severidade da pena em relação a faces classificadas como pouco inteligentes; H4 - a faces normalmente classificadas como pouco honestas será atribuído maior grau de severidade da pena em relação a faces classificadas como muito honestas; H5- a faces normalmente classificadas como muito agressivas será atribuída maior probabilidade de terem cometido o crime de homicídio, um maior grau de adequação do perfil a essa pessoa, e consequentemente um maior grau de utilidade do perfil, em relação a faces classificadas como pouco agressivas; H6 - a faces normalmente classificadas como muito dominantes será atribuída maior probabilidade de terem cometido o crime de homicídio, um maior grau de adequação do perfil a essa pessoa, e consequentemente um maior grau de utilidade do perfil, em relação a faces classificadas como pouco dominantes; H7 - a faces normalmente classificadas como muito agressivas será atribuído maior grau de severidade da pena em relação a faces classificadas como pouco agressivas; H8 - a faces normalmente classificadas como muito dominantes será atribuído maior grau de severidade da pena em relação a faces classificadas como pouco dominantes.

## **Metodologia**

### *Participantes*

Numa fase pré-experimental foram recrutados 16 participantes (10 do sexo feminino e 6 do sexo masculino), entre o mês de Dezembro de 2010 e Janeiro de 2011, com idades entre 19 e 27 anos ( $M=23,5$  e  $DP=1,97$ ). Para a fase experimental, foi utilizada uma amostra de conveniência de 66 estudantes do curso de Psicologia da Universidade de Aveiro (7 do sexo masculino e 59 do sexo feminino), com idades entre 18 e 64 anos ( $M=20,92$  e  $DP=5,816$ ), recolhida entre os meses de Abril e Maio de 2011. Todos possuíam uma visão normal ou com correcção.

## Materialais

Os estímulos para o presente estudo foram seleccionados com base em avaliações de características sociais inferidas a partir das faces numa amostra equivalente à que iria ser utilizada no estudo experimental. Estas avaliações foram recolhidas na fase pré-experimental, na qual se incluíram 423 fotografias de faces de pessoas desconhecidas (240 faces masculinas e 183 faces femininas) que foram retiradas de diversas bases de dados de estímulos faciais, nomeadamente a base de dados de estímulos faciais do Instituto Karolinska (Lundqvist, Flykt & Öhman, 1998), a base de dados de faces e pessoas da Universidade de Texas em Dallas (O'Toole et al., 2005), The CMU Pose, Illumination, and Expression (PIE) database<sup>1</sup> e a Psychological Image Collection at Stirling (PICS)<sup>2</sup>; alguns estímulos foram ainda retirados de vários websites na Internet. Estes foram editados no programa *Adobe Photoshop CS4 Extended* de modo a que possuísem as mesmas dimensões (altura de 500 pixels para uma resolução de 72 pixels/polegada), a mesma escala de cinzentos e o mesmo recorte rectangular à volta da face, eliminando o background que foi substituído por um fundo branco. As fotografias correspondiam a indivíduos aproximadamente entre os 20 e os 40 anos de idade, com expressões faciais neutras e numa posição frontal. Cada face foi avaliada em vários atributos/características sociais pelos participantes, nomeadamente a atractividade e a confiabilidade (para as caras femininas), a babyfacedness (“cara de bebé”), a agressividade, a dominância, a honestidade e a inteligência (para as caras masculinas). Utilizou-se para cada característica uma escala de Likert de 1 a 7 pontos, cujos extremos foram qualificados como: 1 = nada atraente/nada confiável/nada cara de bebé/nada agressivo/nada dominante/nada honesto/ nada inteligente e 7 = muito atraente/muito confiável/muito babyfacedness/muito agressivo/muito dominante/muito honesto/muito inteligente, respetivamente. Para o estudo em causa apenas as faces masculinas e as características honestidade, inteligência, agressividade e dominância foram analisadas.

Depois de avaliadas, 40 faces do sexo masculino foram seleccionadas, sendo 10 caras por característica (agressividade, dominância, inteligência e honestidade), das quais 5 faces possuíam um nível alto e 5 um nível baixo da respetiva característica. Os conjuntos de caras seleccionadas para cada crime foram emparelhados nas características relevantes para esse crime. Assim, as caras seleccionadas para os níveis alto e baixo de inteligência estavam

<sup>1</sup> [http://www.ri.cmu.edu/research\\_project\\_detail.html?project\\_id=418&menu\\_id=261](http://www.ri.cmu.edu/research_project_detail.html?project_id=418&menu_id=261)

<sup>2</sup> <http://pics.psych.stir.ac.uk/>

emparelhadas em honestidade, e *vice-versa*. As caras seleccionadas para os níveis altos e baixos de agressividade estavam emparelhadas para dominância, e *vice-versa*.

Para o estudo experimental, prepararam-se descrições de dois crimes de natureza diferente. Um dos crimes referia-se a um caso de homicídio de uma mulher de 30 anos (ver Anexo 1) e o outro crime referia-se a um caso de uma burla informática que vitimou cerca de 250 pessoas na Internet (ver Anexo 2). Ambas as descrições dos crimes foram adaptadas de duas notícias verídicas publicadas no jornal “Correio da Manhã”. Para cada tipo de crime foi elaborado um perfil do possível autor desse crime (Anexo 3 e 4). O perfil do autor de crime de homicídio foi adaptado de dois artigos publicados por Almeida, Soeiro e Louceiro (2009) e Guerra e Soeiro (2009). O perfil do autor do crime de burla foi adaptado de um perfil apresentado por dois inspectores da Secção Central de Investigação Criminalidade Informática e Telecomunicações da PJ num seminário de Engenharia Informática na ESTG-Leiria (Rodrigues & Luís, 2007).

Com estes materiais, elaborou-se um caderno que serviu de base para o presente estudo. Este caderno foi estruturado em três partes. A primeira parte reunia informação sócio-demográfica sobre o participante, como sexo, idade e curso frequentado. Na segunda parte, apresentavam-se as instruções e a descrição dos dois crimes, assim como o perfil do autor de cada um desses crimes. Na terceira parte, encontrava-se uma folha de respostas onde os indivíduos registariam, no final da experiência, a sua avaliação, numa escala de Likert de 1 (nada útil) a 7 (muito útil) pontos, o grau de utilidade geral de cada um dos perfis fornecidos para a investigação do crime de burla e de homicídio, respetivamente.

### *Procedimento*

Na fase pré-experimental foi pedido aos participantes que avaliassem as caras nas várias características acima mencionadas, de acordo com a primeira impressão que cada face lhes suscitava. Cada característica foi avaliada pelo participante num momento diferente, para evitar interferências de umas características para as outras. As imagens foram apresentadas num ecrã de computador com recurso ao programa E-Prime, que registava também as respostas dos participantes.

Na fase experimental, a cada participante foi distribuído o caderno que serviu de base para a tarefa. Inicialmente, foi pedido a cada participante para ler o primeiro cenário de crime, assim como o perfil do possível autor do mesmo. Depois de lerem a informação relativa ao

primeiro crime, os participantes visualizaram as 20 faces do sexo masculino relativas a esse crime. Para cada face, foi-lhes solicitado que avaliassem a probabilidade de que a pessoa apresentada tenha cometido o crime descrito, o grau de adequação do perfil à pessoa apresentada, o grau de utilidade do perfil na identificação daquele suspeito em particular e, no caso de a pessoa vir a ser condenada, quão pesada deveria ser a sua pena. Esta avaliação foi executada através de uma escala de Likert de 1 (nada provável/nada adequado/nada útil/nada pesada) a 7 pontos (muito provável/muito adequado/muito útil/muito pesada, respetivamente). De seguida, foi pedido a cada indivíduo que registasse na folha de respostas a sua avaliação relativa ao grau de utilidade geral do perfil para a investigação do primeiro crime, com base numa escala de Likert de 1 (nada útil) a 7 (muito útil) pontos. Após terminada a tarefa relativa ao primeiro crime, repetiu-se o mesmo processo para o segundo cenário de crime. Por fim, cada indivíduo avaliou cada uma das faces, de acordo com a sua primeira impressão, nas mesmas características sociais que estiveram na base da selecção dos estímulos, com o objectivo de avaliar o grau de concordância entre as avaliações dos participantes do estudo e os avaliadores que participaram na fase pré-experimental. Concretamente, avaliaram as características dominância e agressividade para o crime de homicídio, e inteligência e honestidade para o crime de burla, na mesma escala de Likert de 1 a 7 pontos.

A tarefa foi realizada individualmente no computador. Para a apresentação das faces e registo das respostas foi utilizado o programa *E-Prime*. Cada estímulo surgia no centro do ecrã, por cima do qual aparecia uma das quatro questões diferentes, em sequência (probabilidade de que a pessoa apresentada tenha cometido o crime descrito, o grau de adequação do perfil à pessoa apresentada, o grau de utilidade do perfil na identificação daquele suspeito, em particular, e no caso de a pessoa vir a ser condenada, quão pesada deveria ser a sua pena) e por baixo a escala de Likert de 1 a 7 pontos, como referido anteriormente. A cada participante era pedido que premisse a tecla correspondente à sua avaliação de cada questão, de 1 a 7.

A ordem de apresentação dos dois crimes foi contrabalançada entre participantes, sendo que uns participantes realizavam primeiro a tarefa relativamente ao crime de burla, e outros realizavam primeiro a tarefa relativamente ao crime de homicídio. A ordem de apresentação dos estímulos era aleatória e a tarefa não tinha tempo limitado.

Este estudo foi concebido segundo um desenho experimental intra-sujeitos com dois factores: característica (agressividade e dominância/ honestidade e inteligência) e nível da

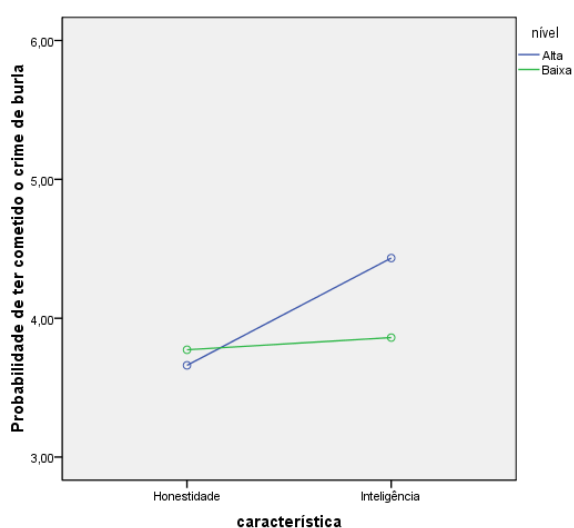
característica (alto ou baixo), para cada tipo de crime e cada variável dependente avaliada. As análises e procedimentos estatísticos foram efectuados através do programa Statistical Package for Social Sciences (SPSS, versão 17.0 para Windows).

## **Resultados**

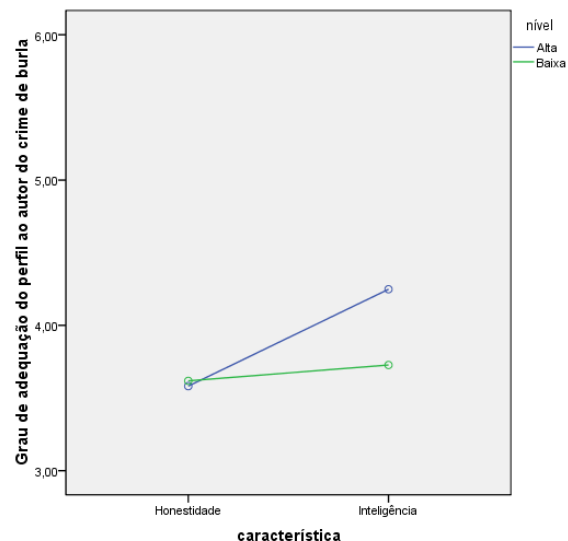
Para o tratamento dos dados obtidos, realizaram-se várias análises de variância (ANOVAs) de medidas repetidas considerando as variáveis característica e nível, para cada crime.

### Crime de Burla

Analizando o grau de probabilidade de que a pessoa tenha cometido o crime de burla (Figura 1), observou-se uma interacção significativa entre característica e nível [ $F(1,65)=28.97$ ,  $MSE= 0.27$ ,  $p<0.001$ ,  $\eta_p^2= 0.308$ ], o que se traduz numa maior probabilidade de as faces que foram avaliadas como muito inteligentes cometerem o crime de burla ( $M=4.43$ ) comparativamente às faces que foram avaliadas como pouco inteligentes ( $M=3.86$ ). Não se verificou uma diferença significativa para a característica honestidade. Analisando o grau de adequação do perfil ao autor do crime de burla (Figura 2), a interacção entre característica e nível foi significativa [ $F(1,65)=20.1$ ,  $MSE= 0.26$ ,  $p<0.001$ ,  $\eta_p^2= 0.236$ ], sendo esta demonstrada pelo facto de ser atribuído um maior grau de adequação do perfil a faces que foram consideradas como muito inteligentes ( $M= 4.25$ ) comparativamente a faces que foram consideradas como pouco inteligentes ( $M=3.73$ ). Não se verificou uma diferença significativa para a característica honestidade.

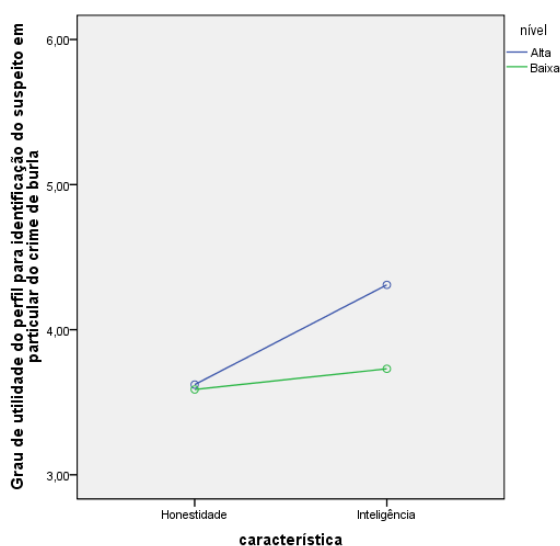


**Figura 1** – Grau de probabilidade médio de que a pessoa apresentada tenha cometido o crime de burla, em função do nível de honestidade e inteligência das caras.



**Figura 2** – Grau de adequação médio do perfil ao autor do crime de burla, em função do nível de honestidade e inteligência das caras.

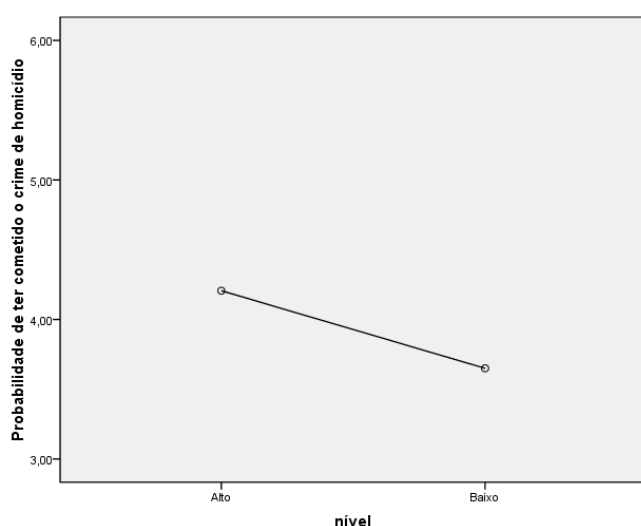
Relativamente ao grau de utilidade do perfil para identificação do suspeito em particular do crime de burla (Figura 3), uma interação significativa acontece entre característica e nível [ $F(1,65)=18.31$ ,  $MSE= 0.27$ ,  $p<0.001$ ,  $\eta_p^2= 0.22$ ], o que significa que foi atribuído um maior grau de utilidade do perfil para faces que foram avaliadas como muito inteligentes ( $M=4.31$ ) comparativamente a faces que foram avaliadas como pouco inteligentes ( $M= 3.73$ ). Não se verificou uma diferença significativa para a característica honestidade. Quanto à severidade da pena que deveria ser atribuída à pessoa apresentada para o crime de burla, não se verificou uma interação significativa entre característica e nível [ $F(1,65)=1.88$ ,  $MSE= 0.1$ , n.s.,  $\eta_p^2= 0.028$ ].



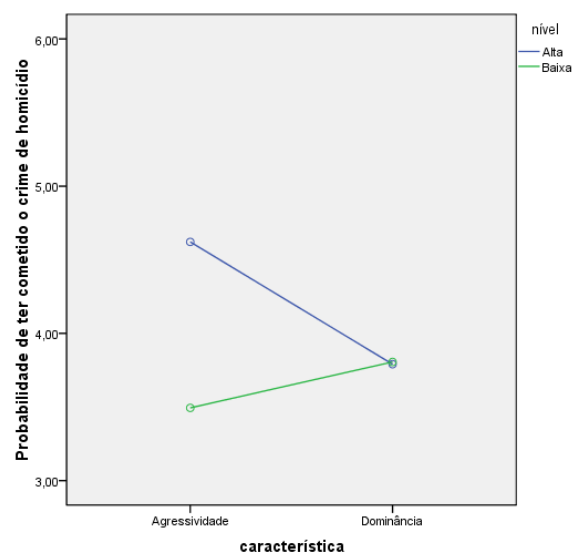
**Figura 3** – Grau de utilidade médio do perfil para identificação do suspeito em particular do crime de burla, em função do nível de honestidade e inteligência das caras.

## Crime de Homicídio

Analisando o grau de probabilidade de que a pessoa tenha cometido o crime de homicídio (Figuras 4 e 5), verificou-se um efeito principal de nível [ $F(1,65)=59.58$ ,  $MSE=0.34$ ,  $p<0.001$ ,  $\eta_p^2=0.478$ ], o que significa que, de uma forma global, as faces que foram avaliadas como muito agressivas e muito dominantes são consideradas como tendo maior probabilidade de cometerem o crime de homicídio ( $M=4.21$ ) comparativamente a faces que foram avaliadas como pouco agressivas e pouco dominantes ( $M=3.65$ ). Contudo, observou-se também uma interacção significativa entre característica e nível [ $F(1,65)=41.69$ ,  $MSE=0.52$ ,  $p<0.001$ ,  $\eta_p^2=0.391$ ], o que se traduz numa maior probabilidade de as faces que foram consideradas como muito agressivas cometerem o crime de homicídio ( $M=4.62$ ) comparativamente às faces que foram consideradas como pouco agressivas ( $M=3.49$ ). Não se verificou uma diferença significativa para a característica dominância.



**Figura 4** – Grau de probabilidade médio de que a pessoa apresentada tenha cometido o crime de homicídio, em função do nível da característica.

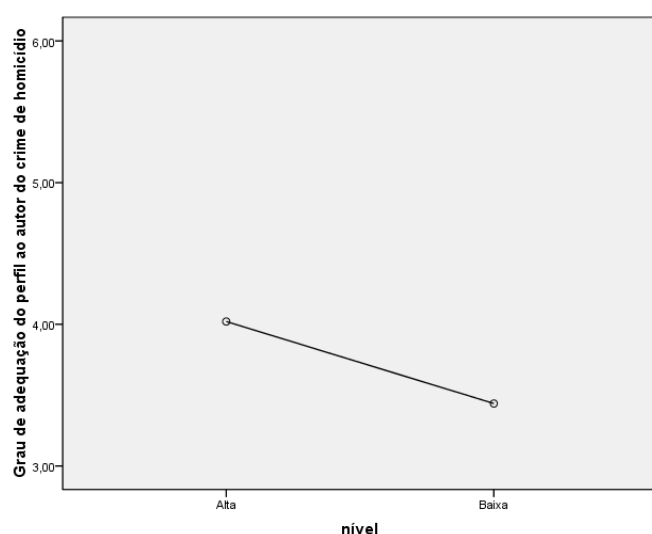


**Figura 5** – Grau de probabilidade médio de que a pessoa apresentada tenha cometido o crime de homicídio, em função do nível de agressividade e dominância das caras.

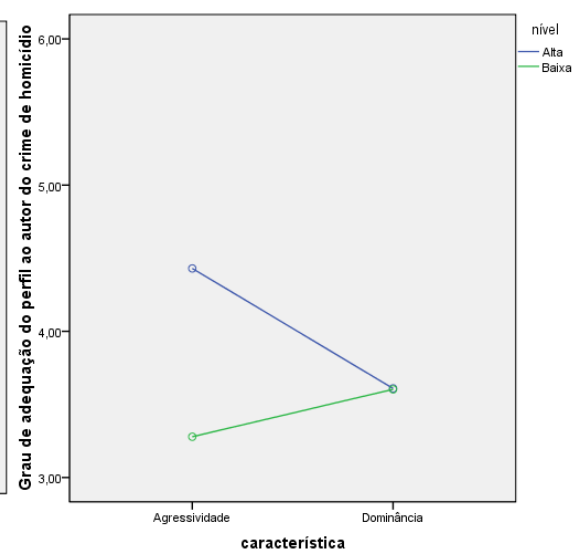
Analisando o grau de adequação do perfil ao autor do crime de homicídio (Figuras 6 e 7), verificou-se um efeito significativo do nível [ $F(1,65)=60.82$ ,  $MSE=0.36$ ,  $p<0.001$ ,  $\eta_p^2=0.483$ ], que se traduz no facto de ser atribuído um maior grau de adequação do perfil a faces que foram avaliadas como muito agressivas e dominantes ( $M=4.02$ ) comparativamente a faces



que foram avaliadas como pouco agressivas e dominantes ( $M=3.44$ ). Observou-se ainda uma interação significativa entre característica e nível [ $F(1,65)=47.52$ ,  $MSE= 0.46$ ,  $p<0.001$ ,  $\eta_p^2= 0.422$ ], sendo esta demonstrada pelo facto de ser atribuído um maior grau de adequação do perfil a faces que revelaram serem muito agressivas ( $M=4.43$ ) comparativamente a faces que revelam serem pouco agressivas ( $M=3.28$ ). Não se verificou uma diferença significativa para a característica dominância.

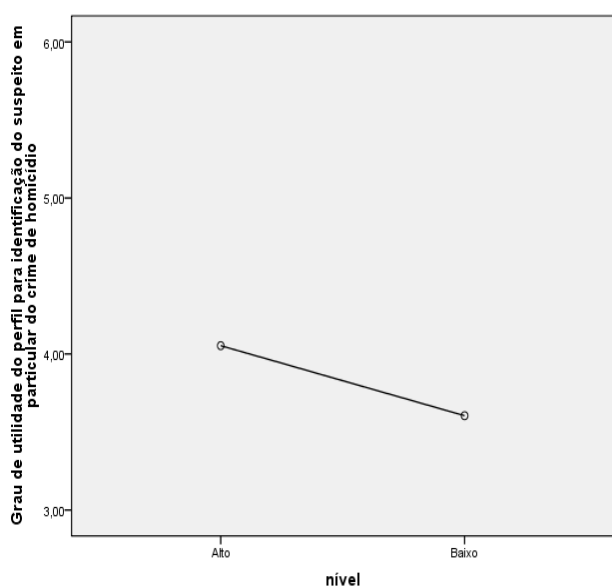


**Figura 6** – Grau de adequação médio do perfil ao autor do crime de homicídio, em função do nível da característica.

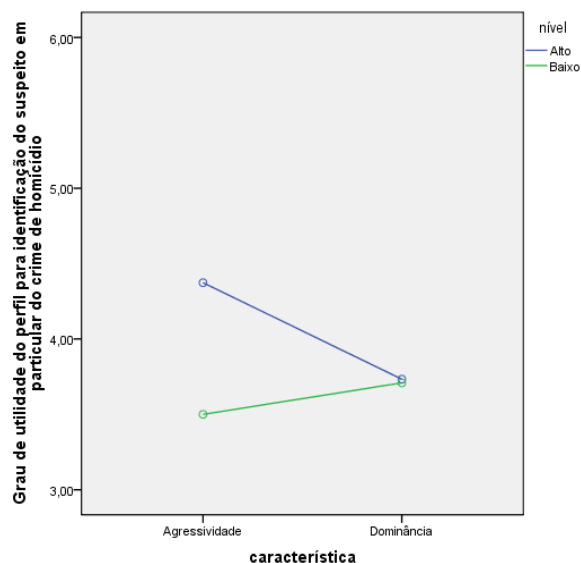


**Figura 7** – Grau de adequação médio do perfil ao autor do crime de homicídio, em função do nível de agressividade e dominância das caras.

Relativamente ao grau de utilidade do perfil para identificação do suspeito em particular no crime de homicídio (Figuras 8 e 9), verifica-se igualmente um efeito significativo de nível, [ $F(1,65)=13.30$ ,  $MSE= 0.34$ ,  $p<0.001$ ,  $\eta_p^2= 0.376$ ], que significa que atribuiu um maior grau de utilidade ao perfil para faces que foram consideradas como muito agressivas e dominantes ( $M=4.05$ ) comparativamente a faces que foram consideradas como pouco agressivas e dominantes ( $M=3.61$ ). Verificou-se ainda uma interação significativa entre característica e nível [ $F(1,65)=27.89$ ,  $MSE= 0.43$ ,  $p<0.001$ ,  $\eta_p^2= 0.3$ ], o que significa que foi atribuído um maior grau de utilidade do perfil para faces que foram avaliadas como muito agressivas ( $M=4.37$ ) comparativamente a faces que revelaram ser pouco agressivas ( $M=3.50$ ). Não se verificou uma diferença significativa para a característica dominância.

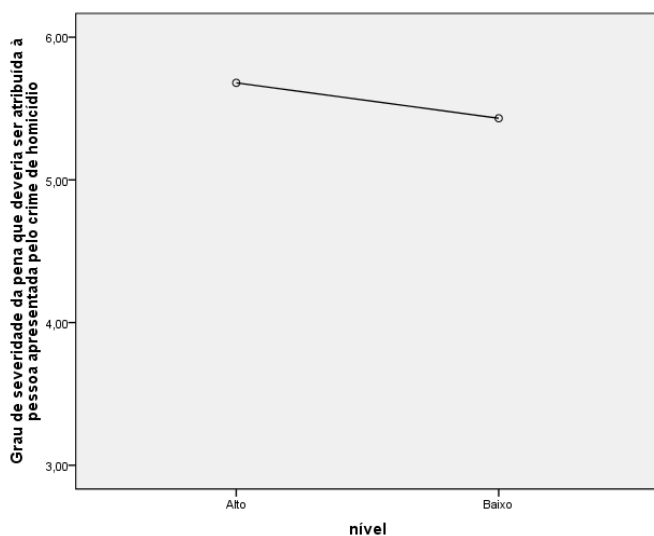


**Figura 8** – Grau de utilidade médio do perfil para identificação do suspeito em particular do crime de homicídio, em função do nível da característica.

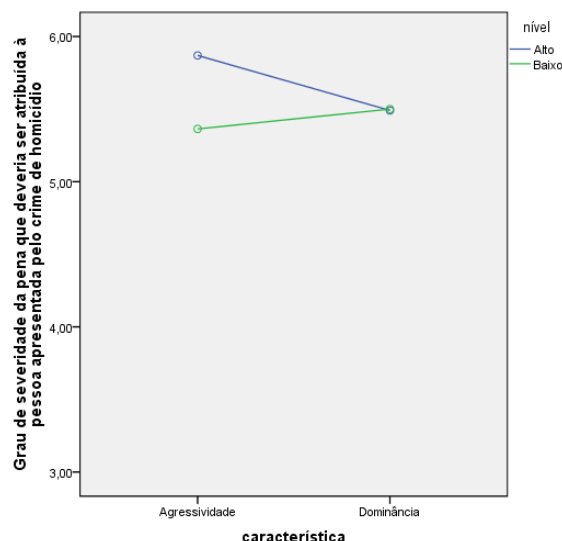


**Figura 9** – Grau de utilidade médio do perfil para identificação do suspeito em particular do crime de homicídio, em função do nível de agressividade e dominância das caras.

Quanto ao grau de severidade da pena que deveria ser atribuída à pessoa apresentada para o crime de homicídio (Figuras 10 e 11), foi encontrado um efeito principal da variável nível [ $F(1,65)=13.97$ ,  $MSE= 0.29$ ,  $p<0.001$ ,  $\eta_p^2= 0.177$ ], o que significa que a faces que foram consideradas como muito agressivas e dominantes são atribuídas penas mais severas ( $M=5.68$ ) comparativamente a faces que foram consideradas como pouco agressivas e dominantes ( $M=5.43$ ). Também se verificou uma interacção significativa entre característica e nível [ $F(1,65)=14.13$ ,  $MSE= 0.31$ ,  $p<0.001$ ,  $\eta_p^2= 0.179$ ], indicando que a faces que foram avaliadas como muito agressivas são atribuídas penas mais severas ( $M=5.87$ ) comparativamente a faces que foram avaliadas como pouco agressivas ( $MA=5.36$ ). Não se verificou uma diferença significativa para a característica dominância.



**Figura 10** – Grau de severidade médio da pena que deveria ser atribuída à pessoa apresentada pelo crime de homicídio, em função do nível da característica.



**Figura 11** – Grau de severidade médio da pena que deveria ser atribuída à pessoa apresentada pelo crime de homicídio, em função do nível de agressividade e dominância das caras.

Para o tratamento dos dados relativos ao grau de utilidade geral do perfil para a investigação de cada um dos crimes procedeu-se a uma análise descritiva e à realização de um teste t.

A média obtida para o grau de utilidade geral do perfil para a investigação do crime de burla e de homicídio foi 4,74 (DP=1.46) e 5,02 (DP=1.28), respetivamente, indicando que os participantes consideraram os perfis para a investigação do crime de burla e de homicídio, úteis. Para avaliar se existiam diferenças no grau de utilidade geral do perfil para a investigação do crime de burla e de homicídio, efectuou-se um teste-t, que indicou a inexistência de diferenças significativas [ $t(65)=1.695$ , n.s.].

Como se pode verificar na Tabela 1, 9,1 % (6 de 66) dos participantes avaliou o perfil para a investigação do crime de homicídio como sendo muito útil (7 pontos) e ninguém o avaliou como sendo nada útil (1 ponto). Para além disso, cerca de 70 % dos participantes avaliaram este perfil nos 3 pontos mais altos da escala de utilidade (5, 6 ou 7). No que diz respeito ao crime de burla (Tabela2), 10,6% (7 de 66) dos participantes avaliou o perfil como muito útil para a investigação do crime (7 pontos), sendo que também ninguém o avaliou como sendo nada útil (1 ponto). Cerca de 56% dos participantes avaliaram este perfil nos 3 pontos mais altos da escala de utilidade (5, 6 ou 7).

**Tabela 1**

Número e percentagem de sujeitos da amostra relativamente ao grau de utilidade geral do perfil para a investigação do crime de homicídio.

	N	%	% cumulativa
2 Pontos	3	4,5	4,5
3 Pontos	6	9,1	13,6
4 Pontos	11	16,7	30,3
5 Pontos	19	28,8	59,1
6 Pontos	21	31,8	90,9
7 pontos	6	9,1	100,0
Total	66	100,0	

**Tabela 2**

Número e percentagem de sujeitos da amostra relativamente ao grau de utilidade geral do perfil para a investigação do crime de burla.

	N	%	% cumulativa
2 Pontos	6	9,1	9,1
3 Pontos	7	10,6	19,7
4 Pontos	16	24,2	43,9
5 Pontos	13	19,7	63,6
6 Pontos	17	25,8	89,4
~ 7 pontos	7	10,6	100,0
Total	66	100,0	

De forma a confirmar se as faces seleccionadas na fase pré-experimental foram avaliadas de forma similar na fase experimental ao nível das características sociais, efectuaram-se testes t que demonstraram a inexistência de diferenças significativas entre as avaliações efectuadas pelos dois grupos de participantes para as características agressividade [t(9)= -0.669, n.s.], honestidade [t(9)= -1.194, n.s.] e inteligência [t(9)= - 0.089, n.s.]. No entanto, verificou-se um efeito significativo para a característica dominância [t(9)= - 3.808, p=0.004].

### **Discussão**

Este estudo teve como principal objectivo verificar se a interpretação e percepção de adequabilidade de perfis criminais pode ser enviesada em função das características faciais dos potenciais suspeitos, das inferências sociais que fazemos com base nessas características e dos estereótipos que possuímos relativamente à aparência da pessoa que comete determinado tipo de crime. A fim de estudar o efeito das características faciais no enviesamento da interpretação dos perfis, manipulou-se a ambiguidade dos perfis relativamente à informação proporcionada sobre as diferentes características. Assim, para as características faciais honestidade e dominância, não foi mencionada nenhuma informação no perfil, pelo que este se considera ambíguo nesses aspetos. Para as características inteligência e agressividade, foi mencionada alguma informação, pelo que os perfis eram menos ambíguos a esse respeito. Concretamente, incluíram-se as informações “Frequentou ou frequenta o Ensino Superior, obtendo notas escolares acima da média” e “violento”, respetivamente para as características inteligência (crime de burla) e agressividade (crime de homicídio).

#### Crime de burla

Os resultados obtidos permitem-nos verificar que há uma percepção de maior probabilidade das faces avaliadas como muito inteligentes cometerem o crime de burla comparativamente às faces que foram avaliadas como pouco inteligentes. Observou-se ainda a atribuição de um maior grau de adequação do perfil e consequentemente um maior grau de utilidade do perfil a faces que foram consideradas como muito inteligentes comparativamente a faces que foram consideradas como pouco inteligentes. Todos estes resultados corroboram a primeira hipótese.

Relativamente à probabilidade das faces que foram avaliadas como pouco honestas terem cometido o crime de burla, ao grau de adequação do perfil a essas faces, e

consequentemente, ao grau de utilidade do perfil, não foram encontrados efeitos significativos. Este resultado não vai ao encontro da segunda hipótese.

Quanto às hipóteses que consideram que a faces normalmente classificadas como muito inteligentes será atribuído maior grau de severidade da pena em relação a faces classificadas como pouco inteligentes e a faces normalmente classificadas como pouco honestas será atribuído maior grau de severidade da pena em relação a faces classificadas como muito honestas, estas são refutadas pois a relação entre estas variáveis não foi significativa.

### Crime de homicídio

Os resultados obtidos permitem-nos verificar que os participantes atribuem uma maior probabilidade de cometerem o crime de homicídio às faces avaliadas como muito agressivas comparativamente às faces que foram avaliadas como pouco agressivas. Observou-se ainda a atribuição de um maior grau de adequação do perfil e consequentemente um maior grau de utilidade do perfil a faces que foram consideradas como muito agressivas comparativamente a faces que foram consideradas como pouco agressivas. Todos estes resultados corroboram a quinta hipótese.

No que diz respeito à probabilidade de as faces que foram avaliadas como muito dominantes terem cometido o crime de homicídio, ao grau de adequação do perfil a essas faces, e consequentemente, ao grau de utilidade do perfil, não foram encontradas interações significativas. Este resultado não vai ao encontro da sexta hipótese.

Relativamente ao grau de severidade da pena que deveria ser atribuída à pessoa apresentada para o crime de homicídio, foi possível determinar que a faces que foram consideradas como muito agressivas são atribuídas penas mais severas comparativamente a faces que foram consideradas como pouco agressivas, o que nos permite validar a sétima hipótese. Em relação à hipótese que considera que a faces normalmente classificadas como muito dominantes será atribuído maior grau de severidade da pena em relação a faces classificadas como pouco dominantes, esta é refutada.

Quanto ao grau de utilidade geral do perfil para a investigação do crime de burla e de homicídio, foi possível determinar que os participantes consideraram os perfis úteis.

Estes resultados vão ao encontro do estudo de Dumas e Testé (2006) que sugere que existem estereótipos de faces criminais e não criminais, assim como tipos de face que são consideradas como passíveis de cometerem certos crimes (Bull & McAlpinne, 1998 cit. in

Dumas & Testé, 2006). Estes resultados também são congruentes com os estudos que têm demonstrado a existência de associação de determinadas características sociais à criminalidade, como sendo mais propensas a cometerem atos criminosos (Bull, 1979 cit. in Maclin & Herrera, 2006; Maclin & Maclin, 2004; Mocan & Tekin, 2005; Saladino et al., 1988).

Os resultados apoiam a ideia de que as pessoas avaliam a probabilidade de um sujeito ter cometido um determinado crime, o grau de adequação do perfil a esse sujeito, e consequentemente o grau de utilidade do perfil em função do seu estereótipo facial e da inferência que fazem de determinadas características com base na aparência facial, nomeadamente a inteligência para o crime de burla e a agressividade para o crime de homicídio. Adicionalmente, o facto de os perfis mencionarem informação relacionada com as características inteligência e agressividade, levou os participantes a serem enviesados a “identificar” faces às quais atribuíam essas características. Estas atribuições são normalmente incorrectas, uma vez que a maioria dos estudos não verifica associações significativas entre os julgamentos faciais e as características reais das pessoas (Alley, 1988 cit. in Santos & Young, 2011; Shepherd, 1989 cit. in Santos & Young, 2011; Porter, et al., 2000; Adolphs, 2002; Porter, England, Juodis & ten Brinke, 2008 cit. in Porter et al., 2010). Estes resultados permitem afirmar que os perfis nos podem direccionar erroneamente para identificar determinadas pessoas como culpados, quando, na verdade, estamos a basear os nossos julgamentos nas suas características faciais e não numa avaliação fundamentada e precisa do suspeito.

No que concerne a características sobre as quais os perfis são ambíguos, mas que estão implícitas nos estereótipos que existem sobre as pessoas que cometem determinados crimes (em particular, a honestidade e dominância), não se verificou uma influência das características faciais. Este resultado poderá estar relacionado com algumas limitações do presente estudo, que discutiremos mais à frente.

Apesar do seu elevado grau de ambiguidade, os participantes atribuem um alto nível de utilidade aos perfis para a investigação criminal, indo ao encontro dos resultados do estudo de Alison et al., (2003), que sugerem que os indivíduos estão preparados para perceber informações relativamente ambíguas, quando estas são apresentadas sob a forma de um perfil de agressor, como sendo descrições relativamente precisas do ofensor. Isto vai ao encontro do fenómeno de efeito de Barnum no qual as pessoas tendem a aceitar descrições de

personalidade ambíguas, vagas e gerais como sendo específicos para si mesmos (Forer, 1949 in Alison et al. (2003); Furnham e Schofield, 1987 cit. in Alison et al., 2003).

Os resultados relativos à sétima hipótese parecem ir ao encontro dos estudos de Shoemaker et al. (1973) e Macrae e Shepherd (1989) que sugerem que se uma pessoa acusada de um crime tem uma face que é “representativa” dessa ofensa, a pessoa tem mais probabilidade de ser considerado culpado do que uma pessoa que não tem tal face, demonstrando assim que a congruência face/crime aumenta a probabilidade de um veredicto de culpabilidade (efeito da face criminal). Estes dados vão ainda ao encontro do estudo de Shoemaker et al. (1973), que quando apresentadas evidências ambíguas sobre os crimes, os estereótipos faciais positivos e negativos influenciam os julgamentos de culpa ou inocência.

De salientar que este estudo se trata de um estudo inovador, com o qual se pretendeu mostrar evidências de que os estereótipos faciais que possuímos relativamente ao tipo de pessoa que comete determinado tipo de crime poderão enviesar a interpretação de perfis criminais. Isto poderá ter implicações no contexto de profiling, bem como na utilidade dos perfis criminais para investigações criminais.

Finalmente, devem também ser consideradas as limitações deste estudo. A primeira limitação diz respeito ao facto de se terem encontrado diferenças significativas entre a avaliação inicial e final das faces para a característica dominância. Isto demonstra que os participantes do estudo experimental não avaliaram esta característica da mesma forma que os participantes da selecção inicial. Assim, poderão levantar-se algumas dúvidas relativamente à adequada selecção de faces para o traço dominância, que poderá ter sido responsável pela ausência de um efeito para esta manipulação. Uma segunda limitação diz respeito à escolha das características honestidade e dominância para os crimes de burla e de homicídio, respetivamente, que poderão não ter sido adequadamente seleccionadas como estereotípicas desses crimes, uma vez que não se verificaram efeitos significativos. Por fim, o facto da amostra do estudo experimental ter sido composta por alunos do curso de psicologia, poderá ter enviesado os resultados, uma vez que se considera que estes possuem características particulares que os podem deixar mais alertas para determinados aspectos dos estudos.

Para trabalhos futuros, seria pertinente analisar os enviesamentos causados pelos estereótipos faciais que possuímos relativamente ao tipo de pessoa que comete determinado tipo de crime na interpretação e perceção de adequabilidade de perfis criminais com dois grupos de participantes distintos, um grupo constituído por psicólogos forenses e outro por



agentes da polícia, comparando os resultados com os resultados obtidos por Alison et al. (2003). De forma a colmatar a limitação referente à escolha das características honestidade e dominância, seria importante realizar um estudo piloto que permita identificar melhor que características de personalidade é que as pessoas normalmente atribuem a determinados tipos de agressores. Também seria importante examinar outras características, nomeadamente a atratividade e a babyfacedness, uma vez que alguns estudos destacam o efeito de características faciais no contexto judicial, sugerindo que babyfacedness e atratividade estão associadas a percepções de honestidade (Bull, 2006; Bull & Vine, 2003 cit. in Porter et al., 2010); Zebrowitz et al., 1996).

### Conclusão

A partir deste estudo é possível concluir que a interpretação dos perfis criminais é enviesada pelos estereótipos faciais pré-existentes (para o crime de burla, elevada inteligência; para o crime de homicídio, elevada agressividade). No entanto, este estudo demonstra alguma evidência que sugere que os indivíduos estão preparados para perceber declarações ambíguas, quando apresentadas na forma de um perfil do ofensor, como sendo descrições relativamente precisas de completos estranhos, tal como se pode confirmar pelos elevados níveis de utilidade atribuídos aos perfis. Desta forma, este estudo sugere que os estereótipos faciais que possuímos relativamente ao tipo de pessoa que comete determinado tipo de crime podem ter uma influência significativa no contexto de *profiling*.

De salientar que os Perfis Criminais, embora às vezes muito úteis, deveriam ser sempre considerados como hipóteses de trabalho e não como uma solução (Palermo, 2002, cit. in Strano, 2004). Apesar de muita literatura ter surgido para enaltecer o mérito dos Perfis Criminais, os exames empiricamente orientados pela técnica num contexto académico permanecem escassos (Oleson, 1996 cit. in Rodrigues, 2010; Kocsis, Heller & Try, 2003 cit. in Rodrigues, 2010). Torna-se, assim, necessário realizar uma análise crítica dos Perfis Criminais na atualidade (Snook et al., 2007).

Embora seja evidente a forte necessidade de passar por um processo de validação complexo, cuja finalidade é procurar definir a sua capacidade preditiva, o recurso à técnica forense dos Perfis Criminais constitui uma mais valia para os profissionais da Investigação Criminal que lidam, particularmente, com o contexto da criminalidade violenta.

### Referências Bibliográficas

Adolphs, R. (2002). Trust in the brain. *Nature Neuroscience*, 5, 8–9.

Alison, L. J., Smith, M. D., Eastman, O., & Rainbow, L. (2003). Toulmin's philosophy of argument and its relevance to offender profiling. *Psychology, Crime and Law*, 9, 173-183.

Alison, L. J., Smith, M. D., & Morgan, K. (2003). Interpreting the accuracy of offender profiles. *Psychology, Crime and Law*, 9, 185-195. doi: 10.1080=1068316031000116274

Almeida, I., Soeiro, C., & Louceiro, A. (2009). Comportamento criminal e homicídio: estudo exploratório para a definição de uma tipologia portuguesa. *Ousar Integrar – Revista de Reinserção Social e Prova*, 4, 21-34.

Beauregard, E., Lussier, P., & Proulx, J. (2007). Criminal propensity and criminal opportunity: An investigation of crime scene behaviors of sexual aggressors of women. In R. N. Kocsis (Ed.). *Criminal profiling: International theory, research, and practice* (pp. 89-113). Totowa, NJ: Humana Press.

Berry, D., & Wero, J. F. (1993). Accuracy in face perception: A view from ecological psychology. *Journal of Personality*, 61, 504-518.

Bull, R. (2006). Detecting lies and deceit: The psychology of lying and the implications for professional practice. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 16, 166-167.

Burt, D. M., & Perrett, D. I. (1995). Perception of age in adult Caucasian male faces: Computer graphic manipulation of shape and colour information. *Proceedings of the Royal Society of London*, 259, 137-143.

Burton, A. M., Bruce, V., & Dench, N. (1993). What's the difference between men and women? Evidence from facial measurement. *Perception*, 22, 153-176.

Dickson, D. H., & Kelly, I. W. (1985). The "Barnum effect" in personality assessment: A review of the literature. *Psychological Reports*, 57, 367-382.

Dumas, R., & Testé, B. (2006). The influence of criminal facial stereotypes on juridic judgments. *Swiss Journal of Psychology*, 65 (4), 237-244.

Goldstein, A. G., Chance, J. E., & Gilbert, B., (1984). Facial stereotypes of good guys and bad guys: A replication and extension. *Bulletin of the Psychonomic Society*, 22 (6), 549-552.

- Gordon, R. A., Michels, J. L., & Nelson, C. L. (1996). Majority group perceptions of criminal behavior: The accuracy of race-related crime stereotypes. *Journal of Applied Social Psychology*, 26, 148-159.
- Guerra, R., & Soeiro, C. (2009). O crime de violação: tipologias e a técnica dos perfis criminais: estudo exploratório. *Ousar Integrar – Revista de Reinserção Social e Prova*, 4, 35-48.
- Hassin, R., & Trope, Y. (2000). Facing faces: studies on the cognitive aspects of the physiognomy. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78 (5), 837-852.
- Hicks, S. J. & Sales, B. D. (2006). Criminal Profiling: Developing an Effective Science and Practice. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 23 (2), 98-99. doi:10.1007/s11896-008-9021-z
- Johnson, J. T., Cain, L. M., Falke, T. L., Hayman, J., & Perillo, E. (1985). The “Barnum effect” revisited: Cognitive and motivational factors in the acceptance of personality descriptions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49, 1378-1391.
- Jones, C. S. & Kaplan, M. F. (2003). The effects of racially stereotypical crimes on juror decision-making and information-processing strategies. *Basic and Applied Social Psychology*, 25, 1-13.
- Kocsis, R. N. (2003). Criminal psychological profiling: Validities and abilities. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 47 (2), 126-144.
- Kocsis, R. N. (2006). *Criminal profiling: Principles and practice*. Totowa, NJ: Humana Press.
- Kocsis, R. N., Hayes, A. F., & Irwin, H. J. (2002). Investigative experience and accuracy in psychological profiling of a violent crime. *Journal of Interpersonal Violence*, 17 (8), 811-823.
- Langlois, J. H., Kalakanis, L., Rubenstein, A. J., Larson, A., Hallam, M., & Smoot, M. (2000). Maxims or myths of beauty? A meta-analytic and theoretical review. *Psychological Bulletin*, 126 (3), 390-423.
- Little, A. C., Burriss, R. P., Jones, B.C., & Roberts, S.C. (2007). Facial appearance affects voting decisions. *Evolution and Human Behavior*, 28 (1), 18–27.
- Lundqvist, D., Flykt, A., & Öhman, A. (1998). The Karolinska Directed Emotional Faces - KDEF, CD ROM from Department of Clinical Neuroscience, Psychology section, Karolinska Institutet, ISBN 91-630-7164-9.

Maclin, M. K., & Herrera, V. (2006). The criminal stereotype. *North American Journal of Psychology*, 8 (2), 197-208.

Maclin, M. K., & Maclin, M.K. (2004). The effect of criminality on face attractiveness, typicality, memorability and recognition. *North American Journal of Psychology*, 6 (1), 145-154.

Macrae, C. N., and J. W. Shepard (1989), “Do criminal stereotypes mediate juridic judgments?”. *British Journal of Social Psychology*, 28, 189-191.

Mocan, H. N., & Tekin, E. (2005). *Ugly Criminals*. Retrieved from [http://www.aeaweb.org/annual\\_mtg\\_papers/2006/0106\\_0800\\_0902.pdf](http://www.aeaweb.org/annual_mtg_papers/2006/0106_0800_0902.pdf)

Mueller, J. H., Thompson, W. B., & Vogel, J. M. (1988). Perceived honesty and face memory. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 14, 114-124.

O'Toole, A. J., Harms, J., Snow, S. L., Hurst, D. R., Pappas, M. R., Ayyad, J. H., & Abdi, H. (2005). A video database of moving faces and people. *IEEE Transactions on Pattern Analysis and Machine Intelligence*, 27 (5), 812-816.

Pinizzotto, A. J. (1984). Forensic psychology: Criminal personality profiling. *Journal of Police Science and Administration*, 12, 32-40.

Porter, S., ten Brinke, L., & Gustaw, C. (2010). Dangerous decisions: the impact of first impressions of trustworthiness on the evaluation of legal evidence and defendant culpability. *Psychology, Crime & Law*, 16 (6), 477-491.

Porter, S., Woodworth, M., & Birt, A. R. (2000). Truth, lies, and videotape: An investigation of the ability of federal parole officers to detect deception. *Law and Human Behavior*, 24, 643-658.

Rodrigues, M. J. R. (2010). *Perfis criminais: validade de uma técnica forense*. Dissertação de Mestrado em Medicina Legal, Universidade do Porto, Porto.

Rodrigues, B. & Luís, F. (2007). *A criminalidade informática: aspectos gerais e a sua evolução*. Trabalho apresentado no Seminário “Pirataria Informática, ESTG-Leiria, Portugal. Resumo retirado de [http://www.dei.estg.ipleiria.pt/eventos/seminarios/Apresentacoes/ESTG\\_SeminarioPirataria.pdf](http://www.dei.estg.ipleiria.pt/eventos/seminarios/Apresentacoes/ESTG_SeminarioPirataria.pdf)

Saladin, M., Saper, Z., & Breen, L. (1988). Perceived attractiveness and attributions of criminality: What is beautiful is not criminal. *Canadian Journal of Criminology*, 30 (3), 251-259.

Santos, I. M. (2003). *Perception of social characteristics from faces*. Unpublished PhD thesis, University of York, York, UK.

Santos, I. M., & Young, A. W. (2005). Exploring the perception of social characteristics in faces using the isolation effect. *Visual Cognition*, 12 (1), 213-247. doi: 10.1080/13506280444000102

Santos, I. M., & Young, A. W. (2011). Inferring social attributes from different face regions: Evidence for holistic processing. *The Quarterly Journal of Experimental Psychology*, 64(4), 751-766. doi:10.1080/17470218.2010.519779

Shoemaker, D. J., South, D. R., & Lowe, J. (1973). Facial stereotypes of deviants and judgments of guilt or innocence. *Social Forces*, 51, 427-433.

Snook, B., Cullen, R. M., Bennell, C., Taylor, P. J., & Gendreau, P. (2008). The criminal profiling illusion: what's behind the smoke and mirrors?. *Criminal Justice and behavior*, 35, 1257-1276.

Snook, B., Eastwood, J., Gendreau, P., Goggin, C., & Cullen, R. M. (2007). Taking stock of criminal profiling: A narrative review and meta-analysis. *Criminal Justice and Behavior*, 34 (4), 437-453.

Snyder, C. R., Larsen, D. L., & Bloom, L. J. (1976). Acceptance of general personality interpretations prior to and after receipt of diagnostic feedback supposedly based on psychological, graphological, and astrological assessment procedures. *Journal of Clinical Psychology*, 32, 258-265.

Soeiro, C. (2009). Os perfis criminais: Contornos e aplicabilidade de uma técnica forense. *Ousar Integrar – Revista de Reinserção Social e Prova*, 4, 1-12.

Stevenage, S. V., & McKay, Y. (1999). Model applicants: The effect of facial appearance on recruitment decisions. *British Journal of Psychology*, 90 (2), 221-234.

Strano, M. (2004). A neural network applied to criminal psychological profiling: An Italian initiative. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 48 (4), 495-503.

Todorov, A., Mandisidza, A. N., Goren, A., & Hall, C. C. (2005). Inferences of competence from faces predict election outcomes. *Science*, 308, 1623-1626.

Valla, J. M., Ceci, S. J., & Williams, W. M. (2011). The accuracy of inferences about criminality based on facial appearance. *Journal of Social, Evolutionary, and Cultural Psychology*, 5 (1), 66-91.

Zebrowitz, L. A., Andreoletti, C, Lee, S. Y, Blumenthal, J., & Collins, M. A. (1998). Bright, bad, babyfaced boys: Appearance stereotypes do not always yield self-fulfilling prophecy effects. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75 (5), 1300-1320.

Zebrowitz, L. A., Hall, J. A., Murphy, N. A., & Rhodes, G. (2002). Looking smart and looking good: facial cues to intelligence and their origins. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28 (2), 238-249.

Zebrowitz, L. A., Montepare, J. M., & Lee, H. K. (1993). They don't all look alike: Individual impressions of other racial groups. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65 (1), 85-101.

Zebrowitz, L. A., Voinescu, L., & Collins, M. A. (1996). "Wide-eyed" and "crooked-faced": Determinants of perceived and real honesty across the life span. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22 (12), 1258-1269.

## **Anexos**

### *Anexo 1- Descrição do caso de homicídio*

Na madrugada do dia 12 de Maio de 2002 foi encontrada, morta, uma senhora de 30 anos de idade na sua casa, em Santa Clara, Coimbra. A vítima morreu asfixiada e foi vítima de violação, tendo sido encontrada seminua e com marcas de agressão.

Ao que tudo indica, o agressor entrou na casa da vítima, e sem que ela se apercebesse, envolveu-lhe a cabeça com um lençol, atando as pontas na nuca, o que lhe viria a causar a morte, segundo revelou a autópsia. A vítima, ainda com vida, foi arrastada para a sala e as mãos amarradas com um cabo eléctrico de televisão e violada pelo agressor.

Os exames médico-legais apuraram, assim, indícios de actividade sexual e marcas de hematomas e arranhões, reveladoras de violência utilizada pelo agressor para consumir a violação.

## *Anexo 2 – Descrição do caso de burla*

A Policia Judiciaria de Lisboa tem estado à procura de um possível suspeito da prática de esquema de burla informática que durante o primeiro semestre de 2010, vitimou cerca de 250 pessoas na Internet.

O modo de actuação do suspeito passa pelo envio de um e-mail em massa (spam) para dezenas de destinatários em simultâneo. Fazendo-se passar por representante de uma entidade bancária de concessão de créditos, o fraudulento pedia aos destinatários que lhe enviassem o nome de utilizador e palavra passe de acesso ao portal de internet da referida empresa.

Mal carregavam no link enviado e preenchiam a informação solicitada, as vítimas concediam sem saber dados particulares a um burlão, que eram por este usados para a compra a crédito de bens e serviços. Desta forma, terá desviado uma avultada quantia em dinheiro, ainda não apurada até ao momento.



### *Anexo 3 - Perfil do possível autor do crime de homicídio*

#### Perfil

- Homem caucasiano entre os 18 e os 39 anos de idade
- Apresenta instabilidade emocional, irritabilidade, agressividade e confusão da realidade com a fantasia
- Violento e fisicamente inadequado
- Possivelmente trabalhador da construção civil
- Possui hábitos de alcoolismo
- O crime é premeditado e planeado. O agressor executa um plano de captura da vítima e um plano de fuga para que não seja apanhado.
- O agressor trata a vítima de forma habitual para depois a atacar. Efectua ameaças e bate na vítima durante a agressão sexual.
- A violência usada não visou a obtenção do dinheiro, mas sim a satisfação sexual do agressor
- Poderá apresentar comportamentos sexuais desviantes e parafilias
- O motivo para executar o crime poderá estar relacionado com o sadismo, uma vez que a sua excitação sexual é provocada pela dor e pelo medo que causa à vítima.

#### *Anexo 4- Perfil do possível autor do crime de burla*

##### Perfil

- Homem entre os 18 e 40 anos de idade
- Introverso, Socialmente isolado, arrogante, ambicioso
- Frequentou ou frequenta o Ensino Superior, obtendo notas escolares acima da média
- Os seus pais estão separados ou divorciados
- Bom trabalhador: é um funcionário que entra antes dos outros, sai depois dos outros; não goza férias ou fica relutante em afastar-se do cargo
- Tecnicamente competente
- Não apresenta antecedentes criminais